

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.728 - DF (2016/0073212-4)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORA : CLARISSA REIS IANNINI E OUTRO(S) - DF016399**  
**RECORRIDO : JOSE IVO ARAUJO DE MORAIS**  
**ADVOGADA : TATIANA REIS DOMINGUES (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF028272**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.
2. Impossível a afirmação, nessa sede, do prejuízo ocorrido em razão da ocupação de espaço público sem o reexame dos fatos e provas contidos nos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator